JORNAL Comércio

Porto União/SC | União da Vitória/PR | Ano 90 | **Edição** 6566 | **Quinta-Feira,** 17 de Junho de 2021 | **R$ 4,99** | **Finalizado** às 17h38

COVID-19

CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS REPRESENTAM MAIOR NÚMERO DE ÓBITOS POR COVID-19 ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, APONTA ESTUDO

Pesquisa publicada na revista The Lancet analisou 11.613 casos de internações por Covid-19, no Brasil, entre pessoas com até 19 anos

Reprodução



Entrevista | Por Diego Amorim

"OS BONS SERVIDORES QUEREM A REFORMA ADMINISTRATIVA", DIZ EX-SECRETÁRIO DE GUEDES

Paulo Uebel, que atuou na Economia, rebate críticas à proposta que está no Congresso e convoca "pressão popular" para que membros de Poderes sejam incluídos

Em cinco dias, uma petição pública pedindo o fim da farra dos supersalários e dos penduricalhos no funcionalismo público brasileiro e a aprovação de uma reforma administrativa *"abrangente e para todos"* — que inclua parlamentares, juízes e representantes do **Ministério Público** — alcançou 20 mil assinaturas.

O número ainda é muito pequeno, mas pode sinalizar que a sociedade está disposta a apoiar esses projetos que tramitam na **Câmara** enfrentando a resistência de grandes corporações, principalmente do **Judiciário**, e dos próprios parlamentares.

Em entrevista exclusiva a ***O Antagonista***, **Paulo Uebel**, que integrou a equipe de **Paulo Guedes** no **Ministério da Economia** nos dois primeiros ano do governo e é um dos idealizadores da petição pública, disse que, sem pressão popular, o **Congresso** — que se diz *"reformista"* — não vai aprovar um texto que incluía membros de **Poderes**, como juízes, deputados, senadores e representantes do **Ministério Público**.

Para **Uebel**, o modelo atual do funcionalismo *"está quebrando o Estado brasileiro"*. **Secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital** entre 2019 e 2020, ele rebateu as interpretações de que a reforma administrativa *"é contra o servidor"* e vai *"aumentar o número de apadrinhados políticos"*.

Uebel defendeu a estabilidade somente para servidores que *"exercem atividades que têm complexidade, que têm pressão e que exigem independência"* e o fim do critério de remuneração levando em conta, por exemplo, antiguidade. O ex-secretário acrescentou que a reforma não é *"bala de prata"*, mas, se aprovada, será *"um primeiro passo no sentido da modernização"*.



Reprodução/Internet

Leia a íntegra da entrevista com Paulo Uebel:

Teremos uma reforma administrativa minimamente decente ou, mais uma vez, o Congresso fará uma mudança aqui e outra acolá para chamar de reforma e dizer que aprovou alguma coisa?

Eu espero, como brasileiro, que tenhamos uma reforma efetiva, com alto impacto na qualidade dos serviços públicos, com reconhecimento dos bons servidores e redução no impacto fiscal dos próximos anos. Até agora, as perspectivas são positivas. ***Arthur Lira****, presidente de Câmara, tem dito que pretende incluir na reforma membros de Poderes [juízes, congressistas e integrantes do Ministério Público], o que considero muito saudável.*

Mas o relator da reforma na Câmara, deputado Arthur Maia (DEM-BA) já disse ser contrário à inclusão de deputados e senadores, porque, no entender dele, os congressistas não são servidores públicos e já passam por um crivo a cada eleição.

O corte de privilégios, que é uma parte específica da reforma administrativa, deveria valer para todos os servidores e todos os membros de Poderes, independentemente se eles são eleitos, se fazem concurso ou se são nomeados em cargos de comissão. Privilégios são incompatíveis com a democracia e deveriam ser proibidos para todos. Esse discurso [do relator da reforma] não cola.

O atual Congresso, que se diz "reformista", vai ter coragem de peitar as pressões do Judiciário, principalmente, e das grandes corporações como um todo? Os exemplos recentes não mostram isso…

O Congresso só vai pautar a inclusão de membros do Judiciário e do Legislativo na reforma administrativa se a sociedade pressionar. Se a sociedade ficar calada, a tendência é que façam uma versão sem esses membros incluídos.

Então, você ainda acredita em pressão popular sobre o Parlamento?

Pressão popular de maneira geral: sociedade civil, imprensa, redes sociais… Tudo isso tem peso, sim, na atuação do Parlamento. Se o Parlamento constatar que tem apoio popular e que está sofrendo pressão popular para incluir juízes e os próprios congressistas, por exemplo, na reforma administrativa, eles vão incluir. Se não houver pressão popular, a tendência é que esses membros fiquem de fora.

As corporações já começaram as campanhas contra a reforma administrativa, dizendo, por exemplo, que a proposta é "contra os servidores" e "acaba com o serviço público".

O atual modelo do funcionalismo público está quebrando o Estado brasileiro, está quebrando municípios, estados e o governo federal. No momento em que você quebra o Estado, você destrói o serviço público e a credibilidade do serviço público, o que é mais perigoso ainda, porque, se a sociedade não confia no poder público, a democracia perde legitimidade. Então, em primeiro lugar, é fácil mostrar que o atual modelo fracassou.

O novo modelo reconhece os bons servidores, dá mecanismos para reconhecer os bons servidores, o que é fundamental. Você não pode tratar maus servidores igual você trata bons servidores. É preciso tratá-los de formas diferentes. E aqueles que não são bons servidores, depois de dada uma oportunidade para que melhorem e eles não melhoram seu desempenho, devem ser afastados.

Então, a reforma também traz isto: ela moderniza e faz o Brasil ficar mais próximo das melhores práticas internacionais, aplicadas em países desenvolvidos, que devem servir de inspiração e de referência.

Todos aqueles que querem o bem do serviço público têm que querer modernizar o serviço público e deixá-lo mais alinhado com aquilo que deu certo no mundo, e não querer 'reinventar a roda'. Não existe país bem sucedido no mundo que copie o modelo brasileiro. Estados Unidos, Reino Unido, países da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] fizeram as alterações que a reforma administrativa pretende fazer.

O que é um "bom servidor" ao qual você está referindo?

É aquele que está comprometido em prestar um bom serviço público ao cidadão, e não está apenas comprometido em obter vantagens e privilégios para a sua corporação e para a sua carreira. Os bons servidores são aqueles que realmente querem que os cidadãos se beneficiem das políticas públicas e recebam serviço público de qualidade. Ele está preocupado em modernizar as regras, de poder tornar o Estado mais ágil, mais dinâmico, mais focado no cidadão. E posso dizer que a ampla maioria do serviço público é composta de pessoas sérias, comprometidas e que querem entregar serviços públicos melhores. Os bons servidores querem a reforma administrativa.

A reforma administrativa é a solução para os problemas do Estado brasileiro? Não se corre o risco

EXPEDIENTE
O Comércio Gráfica e Editora Ltda.
Fundado em 11 de Junho de 1931
Site: www.jornalocomercio.com
Filiado a
Direção Geral: Sitamar Luzia Brittes Dalmas Editor-Chefe: Eduardo Carpinski Gerência: Andrews Roberson Batista Departamento Comercial: Marcelo Maltauro e Lu Calistro Corretor de Conteúdo: Ana Cabral Reportagem: Ivana Caroline Porn, Ricardo Silveira, Wannessa Stenzel e Jaqueline Castaldon Diagramação: Gabrielly Cesco Colaboradores: Therezinha Wolff, Odilon Muncinelli, Brittes Antonio Brittes
Assinatura Anual (Local: R$ 240,00 | Microrregião: R$ 480,00) Atendimento: Rua Dário Bordin, 313 - União da Vitória (PR) CEP: 84600-180 - Tel (42) 3521-2050 CNPJ: Matriz: 77.958.882/0001-27 | Filial: 77.958.882/0002-08 Circulação: União da Vitória, Cruz Machado, Porto União. Impressão: Press Alternativa. ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS, NÃO REFLETEM NECESSÁRIAMENTE A OPINIÃO DO JORNAL.

de vender a ideia de que, com a reforma, tudo vai mudar e isso acabar frustrando a população?

Não existe 'bala de prata'. A reforma administrativa é necessária, mas não suficiente. Você tem que fazer todo o desdobramento da reforma, melhorar os mecanismos de avaliação, melhorar as regras de progressão e promoção nas carreiras, reduzir o número de carreiras. Esse é um trabalho que vai ser continuado após a reforma administrativa.

A reforma dá um marco constitucional, mas muitos pontos, depois, terão de ser regulamentados por lei ou por decreto, para surtir todos os seus efeitos. A proposta é um primeiro passo no sentido da modernização, mas não conclui o processo de melhoria do serviço público.

As corporações estão reagindo também dizendo que a reforma administrativa vai aumentar o número de comissionados e, consequentemente, de apadrinhados políticos.

Todos os princípios da reforma administrativa são no sentido de tornar a máquina pública mais profissional. Um dos pontos que constam na proposta é processo seletivo para ocupação de cargos de liderança, modelo que é adotado em países desenvolvidos. Quando você tem influência política, você não tem processo seletivo. Então, a proposta é justamente o contrário: reduzir a influência partidária na máquina pública.

E há um ponto que talvez possa ser incluído na reforma: assim como já ocorre nas Forças Armadas e no Poder Judiciário, você impediria a filiação partidária de servidores públicos. Esse é um ponto que não está no texto original, mas que pode ser debatido. Em assim sendo, você blindaria ainda mais a máquina pública de interferências político-partidárias. Vários países da OCDE já fazem isso.

Servidor público enriquece? O que você pensa desse debate que envolve o idealismo do funcionalismo e a remuneração?

Servidores públicos devem ser bem remunerados. E devem ser remunerados de forma proporcional ao nível de responsabilidade e de complexidade da sua função. Mas atualmente os critérios não são esses: são antiguidade, tempo na carreira. Como é hoje, o modelo gera distorções. Se você pegar as carreiras mais bem pagas do Brasil, grande parte delas está no serviço público. E, claro, existe uma distorção em relação à realidade do país, uma distorção que não é boa, não é adequada.

Agora, evidentemente, se você ocupa um cargo de alta complexidade, de alta responsabilidade, você tem que ter uma remuneração proporcional, mas enquanto você ocupa esse cargo. No momento em que você deixa de ocupar esse cargo, sua remuneração não deve continuar igual.

A reforma traz os conceitos de complexidade e de responsabilidade, e não simplesmente de antiguidade.

Reprodução/Internet



Não interessa se a pessoa está há 20 anos no poder público, mas ela faz um trabalho de baixa complexidade e sem responsabilidade.

A reforma vai conseguir acabar com atividades como a de ascensoristas no serviço público?

A questão é a seguinte: quem precisa ser servidor público com estabilidade? Aqueles que exercem atividades que têm complexidade, que têm pressão e que exigem independência. Atividades operacionais vão continuar sendo realizadas e são importantes, mas não são estratégicas e, portanto, não precisam ser feitas e não devem ser feitas necessariamente por servidores públicos. Você pode recorrer a outros modelos de contratação: terceirização, contratos temporários. Até porque muitas dessas atividades operacionais não vão existir no futuro.

Um estudo do Ministério da Economia mostra que o vínculo, o ciclo remuneratório de um servidor público é, em média, de 59 anos. Toda vez que você coloca uma pessoa para dentro do serviço público, ela vai ficar, em média, com um vínculo remuneratório de 59 anos: em torno de 25 anos como servidor ativo; depois, mais uns 15 anos como aposentado; e a família como pensionista. Então, o Estado tem que ser muito cauteloso ao decidir qual perfil se quer realmente contratar como servidor público com estabilidade.

Não faz sentido, em termos de custo-benefício para sociedade, pegar uma atividade operacional, não interessa qual seja, e contratar a pessoa como servidor público. É muito mais inteligente e traz muito mais benefício para a sociedade se você usar outro método de contratação: seja como terceirizado ou como contrato temporário.

É imperioso na administração pública o gestor público atuar de forma eficiente e de acordo com as melhores práticas. E o modelo atual não é uma forma eficiente e não está alinhado às melhores práticas.

adi Pelo Paraná

CALENDÁRIO DE VACINA

Reprodução



O Governo do Paraná divulgou o calendário de vacinação contra a Covid-19 para população geral acima de 18 anos. Segundo o levantamento da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), 3.804.025 paranaenses deste grupo devem tomar pelo menos a primeira dose do imunizante até 30 de setembro. A vacinação deve acontecer em ordem decrescente, alguns municípios já registraram aplicações de doses em faixas etárias menores.

Calendário de vacinal II

As datas previstas para vacinação serão as seguintes: 4 de junho a 18 de julho – 59 a 40 anos (fase já iniciada); 19 de julho a 22 de agosto – 39 a 30 anos; 23 de agosto a 19 de setembro – 29 a 20 anos e 20 a 30 de setembro – 19 e 18 anos. A Secretaria orienta que os municípios podem expandir a imunização para outras idades, de acordo com a disponibilidade de doses.

Nova Ferroeste

Foi apresentada aos representantes das cidades da Região Metropolitana de Curitiba e do Litoral, a nova ferrovia de 1.285 quilômetros e o resultado dos estudos preliminares de demanda e engenharia. "Estamos apresentando os primeiros levantamentos que já temos em relação ao traçado e capacidade e recebendo a contribuição da sociedade", explicou o secretário estadual de Infraestrutura e Logística, Sandro Alex.

Nova Ferroeste II

Pelo planejamento, será construída uma estrada de ferro entre Maracaju, maior produtor de grãos do Mato Grosso do Sul, até Cascavel, no Oeste Paranaense. De lá, o trem segue pelo atual traçado da Ferroeste com destino a Guarapuava – os 246 quilômetros de ferrovias atuais serão modernizados –, até se ligar a uma nova ferrovia que vai da região Central do Estado ao Porto de Paranaguá, cortando a Serra do Mar. Há previsão, ainda, de um novo ramal entre Cascavel e Foz do Iguaçu.

Partido Liberal

O deputado Fernando Giacobo, presidente do Partido Liberal (PL) no Paraná, comemorou nesta semana a eleição do trigésimo terceiro prefeito no estado. Serginho Faust (PL) foi eleito prefeito do município de Nova Prata do Iguaçu com 51% dos votos válidos. "O PL ficou em segundo lugar no ranking de prefeitos eleitos nas eleições de 2020, com 33 prefeitos, 17 a mais do que na eleição de 2016", disse Giacobo, já contando com o novo prefeito pratense. "O Partido Liberal só fica atrás do PSD, partido do governador, que elegeu 128 prefeitos."

NOS SIGA NAS REDES
@jornalocomercio
Da Redação ADI-PR Curitiba
jornalismo@adipr.com.br

Coluna publicada simultaneamente em 22 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br

REMAX
(42) 3522-2888

COVID-19

CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS REPRESENTAM MAIOR NÚMERO DE ÓBITOS POR COVID-19 ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, APONTA ESTUDO

Pesquisa publicada na revista The Lancet analisou 11.613 casos de internações por Covid-19, no Brasil, entre pessoas com até 19 anos

Por Ivana Caroline Porn
ivana@vvale.com.br

Um estudo publicado na quinta-feira, 10, na revista científica The Lancet, aponta os riscos da Covid-19 para a saúde de crianças e adolescentes brasileiros com idade entre zero e 19 anos. Os pesquisadores Eduardo Oliveira, Enrico Colosimo, Ana Cristina Simões e Silva, Robert Mak, Daniella Martelli, Ludmila Silva, Hercílio Martelli-Júnior e Maria Christina Oliveira analisaram dados referentes a 11.613 crianças e adolescentes brasileiras com resultado RT-PCR positivo e que tenham sido hospitalizadas devido ao vírus.

Os dados são referentes ao período que compreende os dias 16 de fevereiro de 2020 a 09 de janeiro de 2021 e foram obtidos no Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (SIVEP-Gripe), mantido pelo Ministério da Saúde.

Segundo o estudo, a região sudeste foi a que mais registrou casos de internação de crianças e adolescentes por Covid-19, sendo 4.065 no total, seguido por nordeste, com 3.388 casos; norte, com 1.841 casos; centro-oeste, com 1.356 casos; e sul, com 963 casos.

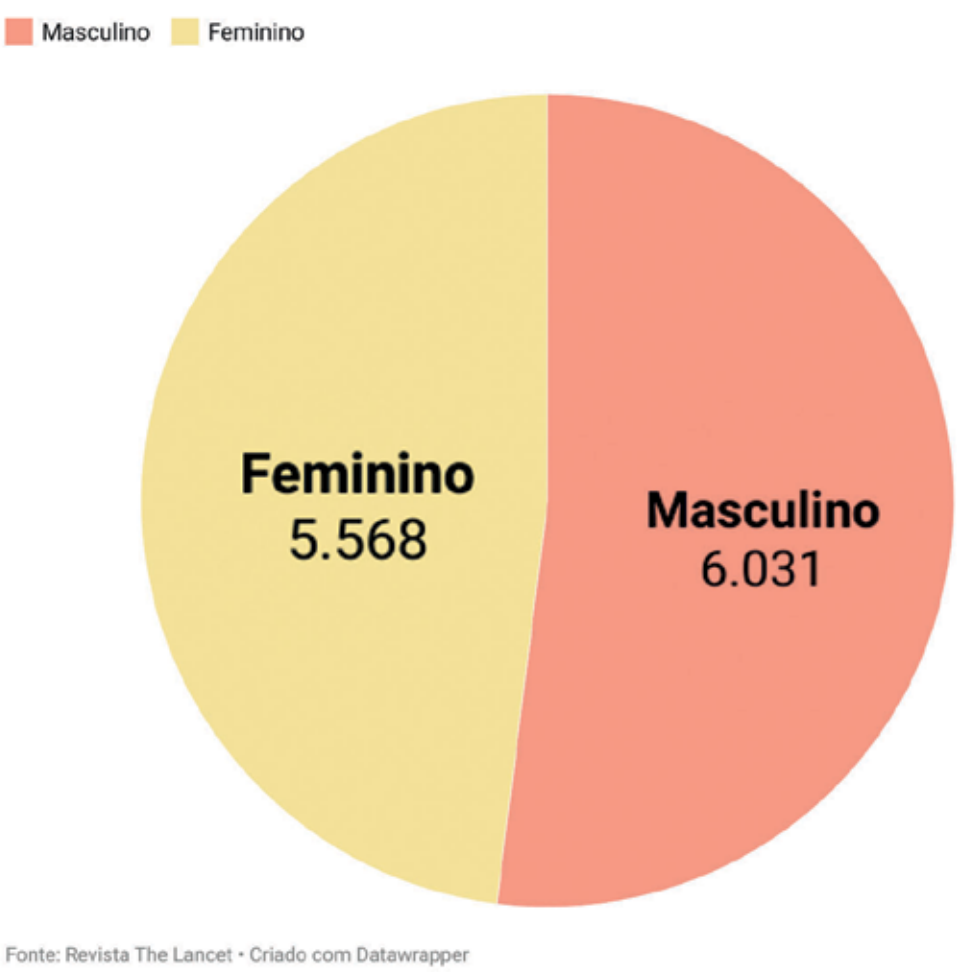
Contudo, como existe disparidade no número de habitantes em cada região, os pesquisadores fizeram o cálculo de casos por milhão, para comparar o número de casos com relação à população. Seguindo esse conceito, percebe-se uma mudança de posições entre as regiões. Levando-se em consideração os casos por milhão, a região norte aparece no topo do ranking, com taxa de 330.4, seguido pela região centro-oeste, com 330.0; região nordeste, com 227.0; região sudeste, com 210.5; e região sul, com 144.5.

O grupo de crianças com idade inferior a dois anos foi o que mais registrou casos de internação, sendo 4.051 no total (34,9%), seguido pela faixa das crianças com idade entre 2 e 11 anos, com 3.973 casos (34,2%), e pelos adolescentes com idade entre 12 e 19 anos, com 3.589 casos (30,9%). Os meninos foram a maioria dos casos de internação, com 6.031 registros (52%). Os casos de meninas internadas representam 5.568 registros (48%).

Crianças com idade inferior a dois anos também foram a maioria das mortes de pessoas com até 19 anos no período: foram 354 casos (40%), seguido por adolescentes com idade entre 12 e 19 anos, com 338 casos (38,1%), e crianças com idade entre 02 e 11 anos, com 194 casos (21,9%), o que representa uma curva em U nos casos de

Número de casos de internação de crianças e adolescentes por Covid-19 no Brasil por gênero

Dados são de estudo realizado pelos pesquisadores Eduardo A. Oliveira, Enrico A. Colosimo, Ana Cristina Simões e Silva, Robert H. Mak, Daniella B. Martelli, Ludmila R. Silva, Hercílio Martelli-Júnior e Maria Christina L. Oliveira e publicado na revista científica The Lancet em 10 de junho de 2021.



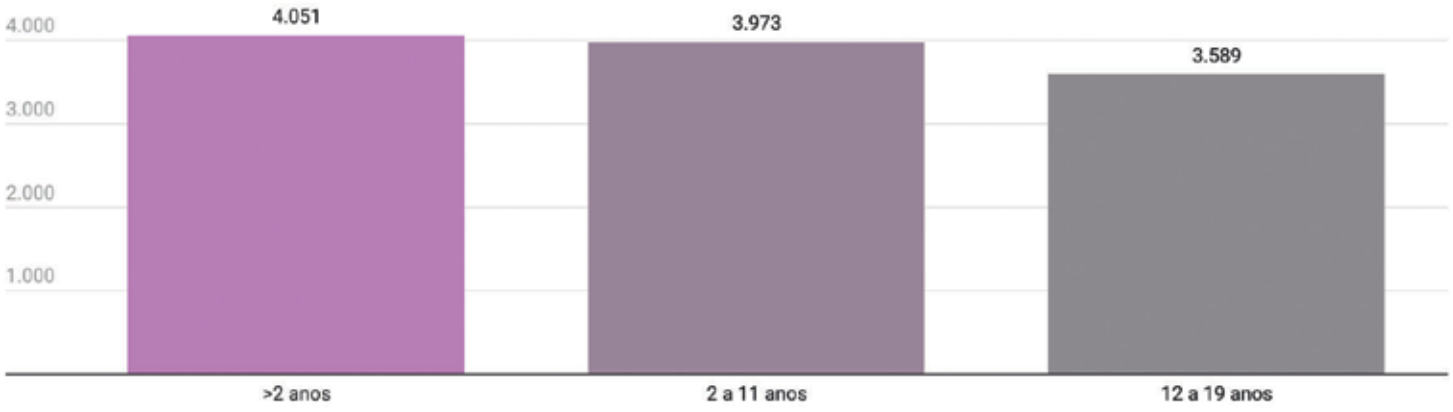
Fonte: Revista The Lancet • Criado com Datawrapper





Número de casos de internação de crianças e adolescentes por Covid-19 no Brasil por faixa etária

Dados são de estudo realizado pelos pesquisadores Eduardo A. Oliveira, Enrico A. Colosimo, Ana Cristina Simões e Silva, Robert H. Mak, Daniella B. Martelli, Ludmila R. Silva, Hercílio Martelli-Júnior e Maria Christina L. Oliveira e publicado na revista científica The Lancet em 10 de junho de 2021.



Fonte: Revista The Lancet • Criado com Datawrapper



Reprodução

óbitos por Covid-19 entre crianças e adolescentes.

Das 9.181 crianças cuja etnia estava descriminada no SIVEP-Gripe, as negras ou pardas representaram a maioria das internações registradas no período, com 5.784 casos (63%), seguido por crianças brancas, com 3.191 casos (34,8%); crianças indígenas, com 127 casos (1,4%); e crianças asiáticas, com 79 casos (0,9%). Crianças e adolescentes negros também representaram o maior número de óbitos por Covid-19 no período, sendo 493 casos (66,5%), seguido por brancos, com 214 casos (28,9%); indígenas, com 26 óbitos (3,5%), e asiáticos, com oito casos (1,1%).

Os cinco sintomas mais comuns entre as crianças e adolescentes internados foram febre (7.604 casos), tosse (6.673 casos), dispneia, ou seja, dificuldade para respirar ou respiração ofegante (5.527 casos), desconforto respiratório (5.056 casos), e saturação de oxigênio inferior a 95% (3.685 casos).

Das crianças e adolescentes que vieram a óbito, 581 chegaram ao hospital apresentando dispneia; 564 apresentavam desconforto respiratório; 559 apresentavam febre; 504 apresentavam saturação de oxigênio inferior a 95%; e 413 apresentavam tosse. Vale ressaltar que uma criança podia apresentar mais de um dos sintomas citados.

Os pesquisadores também buscaram identificar se as crianças e adolescentes que foram internados possuíam algum tipo de comorbidade. Dos 11.613 casos estudados, 8.352 (71,9%) não possuíam comorbidades; 2.780 (23,9%) possuíam um tipo de comorbidade; 403 (3,5%) possuíam dois tipos de comorbidades; e 78 (0,7%) possuíam três ou mais tipos de comorbidades.

As cinco comorbidades mais identificadas nas crianças e adolescentes foram asma (867 casos); distúrbio neurológico (706 casos); malignidade, ou seja, uma condição que aumenta a propensão de uma doença, principalmente tumores, tornarem-se progressivamente piores e mais agressivos (581 casos); doença cardíaca (379 casos) e doenças hematológicas, também conhecidas como doenças sanguíneas (269 casos).

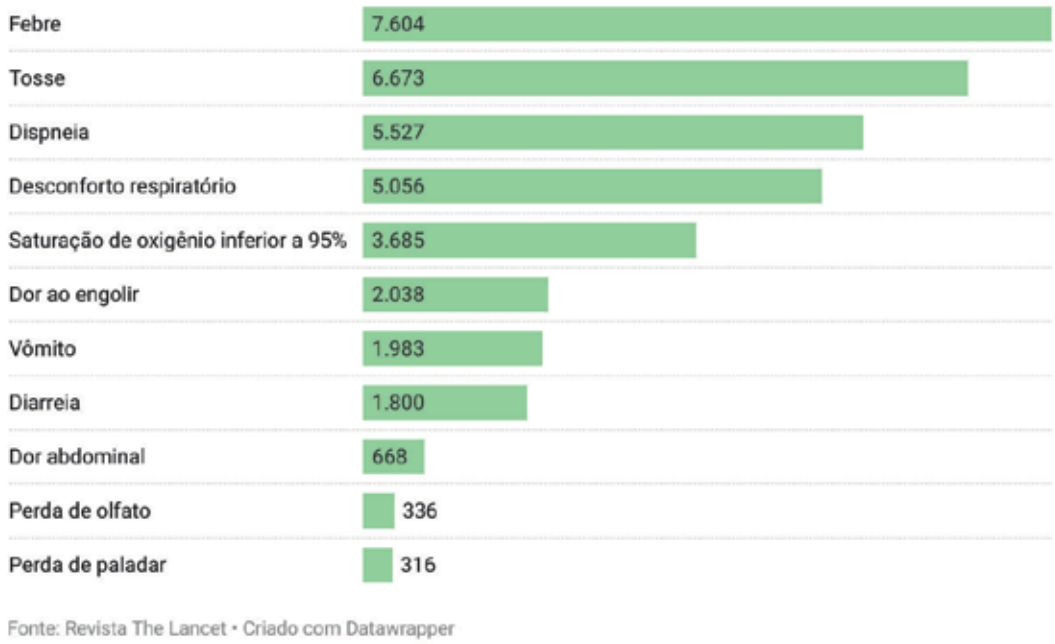
Das crianças e adolescentes que vieram a óbito devido a Covid-19 no período, 438 (49,4%) não apresentavam comorbidades; 347 (39,2%) apresentavam um tipo de comorbidade; 81 (9,1%) apresentavam dois tipos de comorbidades; e 20 (2,3%) apresentavam três ou mais comorbidades.

As comorbidades mais presentes em crianças e adolescentes que faleceram no período por razão do vírus foram doenças de cunho neurológio e oncológico (125 casos cada); doenças de cunho cardiológico (83 casos); doenças de cunho renal (40 casos); doenças de cunho hematológico e diabetes (33 casos cada), asma e demais doenças de cunho pulmonar (32 casos cada); algum tipo de síndrome (24 casos) e obesidade (23 casos).

Segundo o estudo, das 838 crianças e adolescentes que vieram a óbito, 261 (31%) morreram sem dar entrada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Dessas, 36% residiam no norte ou no nordeste, enquanto de 23% residiam no sul ou no sudeste.

Casos de sintomas apresentados por crianças e adolescentes internados por Covid-19 no Brasil

Dados são de estudo realizado pelos pesquisadores Eduardo A. Oliveira, Enrico A. Colosimo, Ana Cristina Simões e Silva, Robert H. Mak, Daniella B. Martelli, Ludmila R. Silva, Hercílio Martelli-Júnior e Maria Christina L. Oliveira e publicado na revista científica The Lancet em 10 de junho de 2021.



Fonte: Revista The Lancet • Criado com Datawrapper





CB Comercial Bandeirante PREÇOS IMBATÍVEIS 3522-3993

Política

UNIÃO DA VITÓRIA RECEBERÁ MAIS RECURSOS ATRAVÉS DO DEPUTADO FEDERAL ALIEL MACHADO

Durante o mandato, parlamentar já destinou mais de R$ 1,6 milhão em recursos ao município



Divulgação/Assessoria

União da Vitória irá receber ainda em **2021** mais recursos de emendas parlamentares através do mandato do deputado federal **Aliel Machado** (PSB). As emendas são recursos garantidos pelos deputados federais dentro do orçamento da **União**. O recurso destinado pelo deputado ao município vai atender a área do **Esporte**.

*"O nosso mandato tem empenhado todos os esforços para amenizar os efeitos desse momento difícil pelo qual todos passamos. Trabalhamos intensamente na área da Saúde. Lutamos para ampliar o número de leitos de **UTI** em alguns hospitais paranaenses, além de destinar mais respiradores para atender pacientes com Covid-19"*, destaca **Aliel**.

Além das ações na **Câmara**, como a aprovação do auxílio emergencial e a destinação de recursos para as prefeituras combaterem a pandemia, **Aliel** tem indicado recursos aos municípios através das emendas parlamentares. Para 2021, o deputado já garantiu junto ao orçamento mais **R$ 150 mil** para **União da Vitória**.

O recurso irá auxiliar na construção da arquibancada do **Estádio Álvaro Randon**, em **São Cristóvão**. A obra, a qual o parlamentar já havia destinado **R$ 100 mil** em recurso impositivo no ano passado, deverá prestar uma homenagem a **João Luiz de Paula**, conhecido como *"Jairão"*, uma pessoa querida pela comunidade, especialmente da área esportiva.

*"O investimento no esporte é fundamental para todos. Além de lazer, o esporte também é saúde. E o pedido para auxiliar nesta obra me sensibiliza ainda mais pelo que ela vai representar para a comunidade. O **Jairão**, que deverá ser homenageado, trabalhou como voluntário em escolinhas de futebol e também fazia parte, como técnico, da equipe do **Master Iguaçu**. Ele foi uma das vítimas dessa doença trágica, assim como tantas outras, e merece ter seu nome marcado"*, destacou **Aliel**.

Desde o início do mandato, o parlamentar trabalha pelo município de **União da Vitória**. Além dos recursos para a área do **Esporte**, incluindo a conquista da quadra de futebol **Society na Praça Expedicionário**, no bairro **São Bernardo**, **Aliel** também já destinou emendas que somaram **R$ 350 mil** para a **Associação de Proteção a Maternidade e a Infância** (APMI), mais **R$ 330 mil** para o custeio na Saúde do município, **R$ 100 mil** para a reforma de escola municipal em **São Cristóvão** e **R$ 250 mil** para custeio da Saúde no combate à **Covid-19**, totalizando mais de R$ **1,6 milhão** em recursos para a cidade.

Informe Publicitário

ROSSONI DIZ QUE ENERGIA NÃO PODE SER MAIS UMA CRISE NO PAÍS E PEDE REDUÇÃO DE IMPOSTOS AO SETOR

Por Agência Câmara de Notícias
Divulgação/Assessoria



Agência Câmara de Notícias

O deputado federal **Valdir Rossoni** (PSDB/PR) acompanha as tratativas para se achar um caminho para evitar uma crise no setor elétrico do **Brasil**. Ele, que também é empresário, acha que é preciso mais incentivo do governo aos investimentos em pequenas hidrelétricas e fontes renováveis, como energia solar e eólica. *"É preciso que os impostos na área de energia sejam reduzidos, e não aumentados, o que só inibe novos investimentos"*, afirmou **Rossoni**. *"Se o Brasil crescer 4% ao ano, em três anos o país sofrerá uma pane elétrica sem precedentes"*, alertou.

O deputado afirmou ainda que a população não pode ser penalizada com aumento nas tarifas, mas também que precisa colaborar com as medidas de economia que estão sendo discutidas no setor, como a ideia de a população utilizar os aparelhos que mais consomem fora do horário de pico. *"O Brasil tem uma boa estrutura para fornecimento de energia, mas todos sabem que atravessamos uma crise hídrica, com falta de chuva nos locais onde se encontram as principais hidrelétricas"*, disse o parlamentar. *"A necessidade de se utilizar as termelétricas garante o fornecimento em casos como este, mas se houver uma conscientização para economia do uso da energia, tanto por parte da população como por parte das indústrias, poderemos superar tudo"*, completa.

Para **Rossoni** o importante é que o tema está sendo discutido entre o governo, os parlamentares e os especialistas no setor. *"Não podemos transformar isso em mais um grande problema em meio a tantos outros que atravessam o Brasil. É preciso um pouco de sacrifício por parte de todos e que o governo faça algumas concessões para que a situação volte à normalidade em breve."*

COMISSÃO

A crise hídrica foi tema nesta terça-feira, 15, de audiência pública na **Câmara dos Deputados** pela **Comissão de Minas e Energia**. O debate foi proposto pelos deputados **Christino Áureo** (PP-RJ) e **Danilo Forte** (PSDB-CE). **Diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica** (Aneel) e do **Operador Nacional do Sistema Elétrico** (ONS) afirmaram que as medidas anunciadas pelo governo para garantir o fornecimento de energia elétrica neste ano afastam o risco de racionamento no curto prazo. Entre as medidas anunciadas estão o acionamento de usinas termelétricas disponíveis e o aumento da importação de energia da **Argentina** e **Uruguai**.

Helen Molduras
(42) 3522-5628

/peloestado [PeloEstado] peloestado.com.br

Frente Parlamentar do Varejo pede adiamento do Bloco X

Criado para melhorar o acompanhamento e fiscalização das transações de venda ao consumidor final, o chamado Bloco X tem deixado varejistas catarinenses inquietos desde que foi lançado. A medida consiste no envio de arquivos gerados automaticamente pelo Programa Aplicativo Fiscal do Emissor de Cupom Fiscal (PAF-ECF) para a base de dados da Secretaria da Fazenda. Estes arquivos devem ser enviados diariamente, no caso de tributação e venda de mercadorias, e mensalmente para acompanhamento do estoque. Uma estratégia típica da burocracia brasileira, que tem fundamentação técnica, mas que virou empecilho para comerciantes em tempos de pandemia.

O sistema está previsto para entrar em vigor a partir de 1º de julho no comércio varejista de calçados, vestuário, medicamentos veterinários, artigos esportivos, papelaria e móveis, de equipamentos para escritório, ferragens e ferramentas, bebidas, açougues, peixarias, entre outros. Para outros setores, que usam o Emissor de Cupom Fiscal (ECF), o prazo é 1º de setembro. Representantes de entidades empresariais pedem que a implantação seja adiada e revista. Nesta terça-feira, 15, o secretário da Casa Civil, Eron Giordani, se reuniu com os deputados integrantes da Frente Parlamentar do Varejo, que levaram demandas de entidades como a Federação dos Dirigentes Lojistas (FCDL), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina (Fecomércio), Associação Catarinense de Supermercados (Acats), Conselho Estadual de Combate à Pirataria (Cecop) e do Conselho Regional de Contabilidade.

De acordo com o presidente da Frente, deputado Valdir Cobalchini (MDB), a intenção é de que o governo reavalie. "Ninguém defende a sonegação, mas porque não adotar a Nota Fiscal Eletrônica, que é usada nos outros estados? Não é possível que todos estejam errados e só Santa Catarina correta". Cobalchini saiu esperançoso da reunião. "O Governo se mostrou sensível". A ver.



REPOSIÇÃO

O deputado Coronel Mocellin (foto) reforça a pressão junto ao governo do Estado pela reposição inflacionária aos trabalhadores da Segurança Pública, que está sem reajuste salarial há sete anos. O deputado argumenta que o Estado tem registrado importantes índices de arrecadação e que tem todas as condições financeiras de atender os pleitos da categoria. Mocellin, que já entregou ofício em mãos ao governador Moisés, esteve, na nesta quarta-feira, com o secretário de Administração, Jorge Eduardo Taska, solicitando a demanda da categoria.

Aumento na Educação

O anúncio do governador Carlos Moisés (PSL) de que nenhum professor da rede estadual que cumpra 40 horas vai receber menos de R$ 5 mil foi o principal tema da Comissão Mista da Alesc que vai debater o tema. "A intenção é de que o valor entre em vigor ainda este ano", disse o secretário da Administração, Jorge Tasca. A presidente da Comissão Mista, deputada Luciane Carminatti (PT), destacou enfatizou que há uma tensão na categoria se haverá cortes de direitos conquistados. Já o coordenador do Sinte, Luiz Carlos Vieira, avaliou como uma surpresa boa, mas d a realização de concurso, reajuste do vale refeição e a mais importante das reivindicações da categoria: a definição do plano de carreira e cargos discutida pela Comissão Mista.

PREVIDÊNCIA

Na reunião entre o chefe da Casa Civil do governo, Eron Giordani, e o presidente do Iprev, Marcelo Panosso Mendonça, com deputados estaduais para apresentação do projeto de Reforma da Previdência, nesta quarta, 16, alguns números chamaram a atenção. Entre eles, o levantamento do TCE que mostra que em 2019 o Tesouro do Estado direcionou R$ 6,8 bilhões para despesas previdenciárias. O valor supera a soma do total investido em Saúde (R$ 3,5 bi) e Segurança (R$ 2,8 bi).

GNV MAIS BARATO

O GNV é historicamente o combustível mais econômico para os motoristas catarinenses. Segundo cálculo realizado pela SCGÁS com base nos dados da Associação Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em maio o produto apresentou vantagem de 47% em relação à gasolina e de 58% quando comparado ao etanol. A frota catarinense de GNV conta com quase 112 mil usuários. De dezembro a junho, 1.714 usuários r ealizaram a adequação de seus veículos para uso do GNV, segundo dados do Denatran.



Integração Editorial
Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA
SC Portais O INTERIOR AO ALCANCE DE UM CLICK

Jornalistas
Edição e textos: Ewaldo Willerding (peloestado@gmail.com)
Conteúdo e redes sociais: Emilly Leal

PROBLEMA RESOLVIDO

Por Wannessa Stenzel
wanessa.stenzel@vvale.com.br

MORADORES DENUNCIAM DESPEJO DE SERINGAS E AGULHAS EM UNIÃO DA VITÓRIA

Material foi jogado às margens da rua Nossa Senhora do Rocio. Problema foi descoberto por crianças que brincavam no local

Moradores do bairro **São Bernardo**, em **União da Vitória**, encontraram seringas, agulhas e lancetas – que são pequenas agulhas finas de aço estéreis e de uso único, indicadas para penetração na pele – espalhadas em um terreno às margens da rua **Nossa Senhora do Rocio**.

O problema foi descoberto pelas crianças que brincavam no local. Na terça-feira, 15, um dos moradores informou a situação por meio das suas redes sociais. Disse que além dos riscos à saúde, os materiais também podem causar a contaminação do solo.

Sabendo do ocorrido, o secretário de Saúde de União da Vitória, **Fernando Ferencz**, explicou que foi um descarte clandestino, ou seja, a origem do lixo ainda está sendo investigada para que sejam tomadas as providências cabíveis. Ao que tudo indica, foi um descarte inadequado de agulhas usadas no tratamento do diabetes. *"Uma equipe foi até o local para averiguar a situação. O material já foi recolhido e devidamente direcionado para um descarte seguro. O lixo foi jogado clandestinamente. A Secretaria de Saúde dispõe de uma empresa especializada que recolhe e dá destinação correta para materiais dessa natureza",* afirma.

O contato com esse tipo de material pode transmitir doenças graves à população.

Orientações

- Nunca descartar seringas, agulhas e lancetas no lixo comum ou em lixo reciclável;
- Nunca jogar o material no vaso sanitário;
- Quando o coletor ou o recipiente estiverem quase cheios (2/3 da sua capacidade total), recomenda-se fechá-lo.

Como descartar a seringa de insulina?

Cole o símbolo na embalagem de descarte e guarde-a em um local alto, seguro e livre do trânsito ou manuseio de outras pessoas e animais domésticos. No caso do descarte feito em um coletor especial – próprio para materiais com sangue e perfurocortantes –, é importante ficar atento ao momento de substituí-lo.

CHARGE



SUPREMA #MAIS QUE PIZZARIA 3522-0334

CIDASC

Por Wannessa Stenzel
wanessa.stenzel@vvale.com.br

ALTERAÇÃO DE STATUS DO POSTO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DO PINTADO

Às margens da BR-280, vigilância busca prevenir introdução de doenças animais e vegetais que colocam em risco a saúde pública

Acontece hoje ,17, a cerimônia de alteração de status do Posto de Fiscalização Agropecuária do Pintado, às margens da BR-280, em Porto União. Evento está previsto para as 14h45 e, é organizado pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc).

De acordo com Gestora do Departamento Regional de Canoinhas, Maritza Martins Mansani, o Posto de Fiscalização Agropecuária do Pintado, compõe o quadro de 63 postos de fiscalização agropecuária, localizados na divisa com os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e fronteira com a Argentina.

Sendo assim, a fiscalização de veículos e cargas em postos nas divisas do estado ou em barreiras móveis nas estradas é uma atividade decisiva realizada pela Cidasc, para promover medidas de proteção sanitária. A vigilância busca prevenir a introdução de doenças animais e vegetais que colocam em risco a saúde pública, a sanidade animal, vegetal e os interesses econômicos de Santa Catarina.

A alteração de status barreira de fiscalização da Cidasc – de barreira de rechaço para barreira com permissão de ingresso – é uma demanda antiga do setor produtivo e marca um novo momento para o transporte de produtos agropecuários catarinenses.

O ato contará com as presenças do deputado estadual e Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca, Altair Silva, presidente da Cidasc, Plínio de Castro, Diretor de Desenvolvimento Institucional da Cidasc, Marcos Roberto Pacheco, Gestora do Departamento Regional de Canoinhas, Maritza Martins Mansani, presidente da Associação de Agroindústrias Alimentícias de Santa Catarina (ASAASC), Wolmir de Souza, e autoridades de Porto União.

